

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: Reflexões sobre as contribuições do Sindicalismo Rural na agricultura familiar

Estevão Neumann

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus de Guarapuava/Paraná

e-mail: estevaoneumann@hotmail.com

Sérgio Fajardo

Professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus de Guarapuava/Paraná

e-mail: sergiofajardo@hotmail.com

Resumo

Este artigo traz reflexões da atuação do sindicalismo rural na agricultura familiar, realizado a partir de estudo de caso feito no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo (STR), Paraná (Brasil), resultado do trabalho de conclusão de curso do autor. Em meio a atual dinâmica agrária em que vivemos, com a hegemonia do agronegócio, agricultores familiares buscam permanecer no espaço rural frente a tantas dificuldades, buscando apoio muitas vezes em sindicatos de trabalhadores rurais, que passam a se expandir paralelamente a expansão das relações de produção capitalista no campo. Desta forma, objetivou-se avaliar as atividades do STR, no desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar. A partir da análise de alguns aspectos da diversidade da agricultura familiar e avaliação das atividades de prestação de serviços aos associados nas formas e mecanismos que o sindicato oferece aos mesmos. Estes, alcançados a partir de três momentos: levantamento bibliográfico; levantamento de dados junto a organismos oficiais locais e levantamento de dados em campo, onde foi utilizada a entrevista semi-estruturada. Os principais resultados alcançados remetem a importância do sindicato enquanto entidade social de reivindicação dos direitos e interesses de seus associados, que visa coordenar, representar e defender os agricultores.

Palavras-chave: Agricultores familiares; espaço rural; trabalhadores rurais; sindicalismo.

Syndicate of Rural Workers of Turvo-PR: Reflections about contributions rural syndicalism in family agriculture

Abstract

This article provides reflections actions of rural syndicalism in family agriculture, conducted from case study in the Syndicate of Rural Turvo works (STR), Paraná (Brazil), the article's result of the conclusion of course. Among the current agrarian dynamics in which we live, the hegemony of agribusiness, farmers are seeking remain in the rural front space to face so many difficulties, searching for support often in rural workers 's syndicate which pass to expand in parallel with expansion of production relations capitalist in the field. Thus, this study aimed to evaluate the activities of the STR in the socioeconomic development of family farming. From the analysis of some aspects of the diversity of family agriculture and evaluation of activities to provide services to members in the forms and mechanisms that the syndicate offers to them. These, reached from three moments: bibliographic research; survey of information from local official bodies and data survey in the field, where the semi-structured interview was used. The main results achieved refer the importance of the

syndicate as a social entity claim the rights and interests of its members, which aims to coordinate, represent and defend the farmers.

Keywords: Family farmers; rural space; rural workers; syndicalism.

Sindicato de Los Trabajadores Rurales en Turvo: reflexiones sobre las contribuciones del sindicalismo rural en la agricultura familiar

Resumen

Este artículo aporta reflexiones sobre la actuación del sindicalismo rural en la agricultura familiar, realizado a partir de estudio de caso del Sindicato de Los Trabajadores Rurales en Turvo (STR), Paraná (Brasil), y es el resultado del trabajo final de Bachillerato en Geografía. En medio de las dinámicas agrarias actuales en las que vivimos, la hegemonía de la agroindustria, los agricultores tratan de permanecer en el espacio rural frente a dichas dificultades, la búsqueda de apoyo a menudo en los sindicatos de trabajadores rurales, que van a ampliar en paralelo con la expansión de las relaciones de producción capitalista en el campo. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo evaluar las actividades del STR, en el desarrollo socioeconómico de la agricultura familiar. A partir del análisis de algunos aspectos de la diversidad de la agricultura familiar y la evaluación de las actividades de prestación de servicios a los miembros en las formas y mecanismos que ofrece la unión con ellos. Estos, a partir de tres momentos: la literatura; compendio de los datos procedentes de organismos oficiales locales y recopilación de datos en el campo, donde se utilizó la entrevista semiestructurada. Los principales resultados obtenidos se refieren la importancia de la unión como una entidad social reclamar los derechos e intereses de sus miembros, que tiene como objetivo coordinar, representar y defender los agricultores.

Palabras clave: Agricultores familiares; espacio rural; trabajadores rurales; sindicalismo.

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, especificamente a partir da década de 1960, o espaço rural brasileiro passou por transformações e reestruturações de ordem econômica, social e ambiental. A dinâmica espacial rural fica fortemente marcada pelo conteúdo da técnica e do capital, estes representados pelos complexos agroindustriais e pela adoção do modelo produtivo do chamado agronegócio, que corresponde ao espaço da grande produção agropecuária, o qual é fruto da revolução verde¹, da modernização e da industrialização da agricultura (MARAFON, 2011).

Neste contexto, houve a consolidação dos Complexos Agroindustriais² (CAIs) e consequente desarticulação dos complexos rurais³. Os CAIS passam a ser peça importante no processo de modernização da agricultura e consolidação do agronegócio, onde os pequenos agricultores que não conseguem inserir-se ou acompanhar o rápido processo de transformações ficam à margem de todo esse processo. Dessa forma, diversas entidades

¹ Objetivou a modernização da agricultura, inicia por volta de 1943, consolidando-se em 1970 (BRUM, 1983).

² Conjunto de atividades econômico-agrícolas, industriais, comerciais e financeiras (BRUM, 1983).

³ Caracterizados pelo uso da terra de modo tradicional e até mesmo artesanal dos pequenos agricultores.

sindicais começam a surgir com objetivo de organizar os pequenos agricultores familiares, reivindicar e encontrar soluções para um desenvolvimento dos mesmos nesse espaço rural desigual.

O município de Turvo-PR possui desde fevereiro de 1986, o Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR. Ele foi fundado através do processo de organização dos agricultores familiares do município. A criação do sindicato representou um fortalecimento da agricultura familiar, resultando em melhores condições de vida no meio rural, e na promoção da organização de coletivos de produção. Tal fato permitiu o desenvolvimento de alternativas produtivas aos agricultores, fortalecendo a organização das mulheres agricultoras e o debate de estratégias à manutenção dos jovens no campo.

A agricultura familiar, segundo a LEI 11.326/2006, é caracterizada por estabelecimentos de até quatro módulos fiscais, onde o tamanho de cada módulo varia em cada município. O enquadramento do município de Turvo-PR tem um módulo fiscal correspondente a 18 hectares, ou seja, um estabelecimento da agricultura familiar, neste local, não pode ter área maior que 72 hectares.

Dentro do que é definido na referida lei, outras duas características principais são que os estabelecimentos detenham predominantemente mão de obra oriunda da própria família, sendo que a renda tenha percentual mínimo obtido no próprio estabelecimento. O conjunto de atividades pode ser tanto agrícolas quanto não agrícolas.

Nota-se que as dificuldades que os agricultores familiares encontram podem ser identificadas inicialmente em relação ao tamanho de seus estabelecimentos, que detêm pequenas áreas para desempenho das atividades econômicas. Acrescentando a isso, as famílias ainda são pressionadas pela forte expansão do agronegócio, que se apropria do espaço rural por meio de aquisição de novas áreas em propriedades em que não há sucessor, seja pela compra ou por meio de arrendamento. Desse modo a motivação para os pequenos produtores se associarem ao sindicato e demais entidades é maior.

Diante desse contexto, pretendeu-se aqui, realizar uma análise do papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na agricultura familiar de Turvo-PR. Desta forma, o objetivo principal foi de avaliar as atividades deste, no desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar. Quanto aos objetivos específicos, foram: analisar alguns aspectos da diversidade da agricultura familiar na linha da Saudade e avaliar as atividades de prestação de serviços aos associados nas formas e mecanismos que o sindicato oferece aos mesmos.

Portanto, torna-se relevante uma investigação do papel do sindicato. A importância e a justificativa confirmam-se ao verificar-se alguns dos objetivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, presentes no Art. 04, do estatuto: a) Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da categoria e os interesses

individuais dos associados; d) Colaborar como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria; g) Constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais e de comunicação; m) Estabelecer negociações junto ao Estado visando à obtenção de conquistas para a categoria, e o desenvolvimento do meio onde vivem seus associados.

Destaca-se ainda a importância concreta da agricultura familiar ao serem analisados os dados do Censo Agropecuário e demográfico (2006 e 2010), onde município de Turvo-PR conta com uma população predominantemente rural em que 13.811 habitantes (63,45%) residem em áreas rurais. Do total de 1.682 estabelecimentos agropecuários 1408 (83,7%) são da agricultura familiar.

Vale lembrar ainda que o município de Turvo conta com uma forte concentração fundiária, onde a agricultura familiar detém apenas 19,1 % (14.907 ha).

Procedimentos metodológicos

Segundo Gil (2007, p. 17), pode-se definir pesquisa como o [...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Assim, os processos metodológicos utilizados foram divididos em 3 (três) momentos, sendo o primeiro o levantamento bibliográfico; o segundo o levantamento de dados secundários junto a organismos oficiais locais e o terceiro, levantamento de dados primários em campo, onde foi utilizada a entrevista semi-estruturada.

1º Etapa { O embasamento teórico teve por base a leitura em obras específicas, partindo da compreensão das transformações que o espaço rural vem passando no pós-guerra Mundial, afunilando para leituras mais dirigidas à agricultura familiar e sindicalismo no Brasil, a fim de contextualizar brevemente o cenário agrário brasileiro.

2º Etapa { Levantamento de informações secundárias sobre o município com as instituições que atuam localmente (Além do STR, Prefeitura (2013), IAF etc.) e informações perante o IBGE, IPARDES, Paraná Cidades, entre outros.

3º Etapa { Entrevista semi-estruturada aplicada em 12 famílias agricultoras, pertencentes à distintas comunidades da linha da Saudade, com o objetivo de

analisar quais as estratégias de reprodução desenvolvidas, bem como qual a importância do STR para estas famílias.

O levantamento das informações primárias foi feito a partir da aplicação de 12 entrevistas semi-estruturadas. Gil (1999) destaca a entrevista como bastante adequada para obtenção de informações a respeito do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como a respeito de suas explicações ou razões das coisas precedentes. Neste método de análise, é desenvolvida a interpretação do autor sobre uma determinada realidade social, considerando que esta interpretação é formulada pelo cientista e não pelos sujeitos pesquisados (MARTINS, 2004).

Desta forma, seguiu-se um roteiro pré-estabelecido, o qual permitiu no decorrer da entrevista, que fossem feitas novas indagações que fossem surgindo.

Também foi utilizada a observação como técnica a fim de conhecer um pouco mais do ambiente em que as famílias entrevistadas estavam inseridas.

Os registros fotográficos constituíram-se de importantes instrumentos, com objetivo de apresentar a realidade e contexto de cada família, o que nos proporcionou “sentir” um pouco mais da realidade em que se vive.

Destaca-se que as entrevistas foram aplicadas com objetivo de compreender o contexto em que as famílias agricultoras estão inseridas, sendo assim, todos os membros presentes no momento da visita participavam e contribuía com o trabalho.

O procedimento quanto à seleção dos entrevistados compreendeu em selecionar apenas famílias agricultores enquadradas na Lei nº 11.326/2006. Outro parâmetro utilizado foi de entrevistas apenas às famílias onde houvesse membros associados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo. Ainda, apenas famílias localizadas no entorno da estrada principal que tem início ao Norte da PR 466 que corta o município, desta forma definiu-se esta estrada como linha da Saudade.

As 12 (doze) famílias entrevistadas totalizaram um número de 39 membros residindo nos estabelecimentos, sendo destes, 30 com algum tipo de ocupação, seja agrícola ou não agrícola, bem como outros 9 membros que não possuem nenhuma ocupação, por não possuírem idade suficiente.

Destaca-se ainda, que o trabalho de campo foi de caráter tanto qualitativo quanto quantitativo, com objetivo de retirar uma amostra significativa (qualitativamente) de 12 famílias, de uma população de 225 agricultores associados desta linha, enquanto o município no total possui 1472 associados (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TURVO, 2016).

Para a elaboração dos mapas de localização da área de estudo e caracterização das comunidades, foi utilizado o software ArcGIS.

Embasamento teórico

Sindicalismo rural e a emergência da agricultura familiar no Brasil

Os sindicatos surgiram, historicamente, com a consolidação do modo de produção capitalista nas sociedades europeias, inicialmente na Inglaterra, depois, expandindo-se para todo o planeta (SILVA, 2014). Desde a divisão da sociedade em classes após a superação da comuna primitiva, a história das sociedades é marcada pela luta entre explorados e exploradores (BORGES, 2006). Desta forma, os sindicatos são o resultado da organização dos trabalhadores na luta por seus direitos trabalhistas (salário, décimo terceiro, férias remuneradas, condições de trabalho, jornada de trabalho, horas extras, entre outros direitos).

Para cumprir esse papel, os sindicatos se tornam centros organizadores dos assalariados, focos de resistência à exploração capitalista. Num primeiro momento, eles vão congrega os operários das oficinas e das fábricas, os que produzem diretamente as riquezas - o setor dinâmico da sociedade capitalista. Posteriormente, com o desenvolvimento do próprio sistema, eles se generalizam, atingindo outros setores econômicos (BORGES, 2006, p. 2).

A organização dos sindicatos representa parte da luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista, que se manifesta no espaço rural com a modernização da agricultura, principalmente a partir da Revolução Verde. Semelhante ao que acontece na cidade, no campo, o Modo de Produção Capitalista, também explora e expropria os trabalhadores rurais, os quais também se organizaram na reivindicação por seus direitos. No campo, a repressão oficial e/ou a violência privada dos patrões deram cabo de várias organizações camponesas (NOVAES, 1991).

Com a expansão das relações capitalistas de produção por todas as regiões do planeta, as associações sindicais também se expandiram e passaram por importantes mudanças (SILVA, 2014). Desta forma, paralelamente à expansão do modo de produção capitalista, o sindicalismo rural também tem expressiva expansão, principalmente no período de 1970 (TAVARES, 1992; NOVAES, 1991; RICCI, 1999; FAVARETO, 2006). Segundo Silva (2013), essa [...] pluralidade de movimentos que surgiu na Região Sul do país, centrou-se na luta pela terra, e, em sua grande parte, foram resultados da organização dos trabalhadores, em torno da sua expropriação em função de obras públicas ou projetos de colonização.

Com efeito, em 1971 foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, conhecido como Funrural, cujas ações voltavam-se para a aposentadoria, pensão, serviços de saúde, serviços sociais, etc (SILVA, 2013).

No Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), foi fundada em 1963 e reconhecida pelo decreto de lei nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964. Para Novaes (1991), a importância deste evento revelou-se pelo fato da Contag tornar-se,

um ponto de chegada, acolhendo centenas de sindicatos fundados a partir de distintas intenções e atores. A Contag é a entidade sindical representativa dos trabalhadores rurais em nível nacional. Esta é considerada a maior confederação de trabalhadores do Brasil (RICCI, 1999) e o maior resultado político das lutas sociais ocorridas no campo brasileiro nos anos 1960, além de ter garantido a unidade das lutas do campo durante a época ditatorial até os anos 1980 (MARTINS, 1983).

Dois meses após da criação da Contag, ocorreu o golpe civil-militar de 1964 e a efervescência social e política entrou em refluxo, abrindo uma conjuntura de grande repressão aos movimentos operários e do campo (SILVA, 2013). Logo após o golpe, o Estatuto da Terra foi aprovado pelo Congresso Nacional, composto por partes referentes à reforma agrária e ao desenvolvimento rural.

O documento objetivava estimular a 'empresa rural', ou, a propriedade fundiária caracterizada pela exploração 'econômica e racional': o empreendimento rural era calcado num modelo ideal de propriedade e de utilização, o qual seria determinado dentro das condições da região em que se situasse e também pela a sua utilização, que seria a de uma área mínima, segundo padrões estabelecidos por lei (SILVA, 2013, p. 24-25).

Para que o latifúndio se convertesse em empresa, o caminho seria através de estímulos de política agrícola e desapropriação, em caso de tensão social (MEDEIROS, 1989). Portanto, segundo Silva (2013), o documento expressava uma visão política do meio rural e da reforma agrária, conivente com as concepções mantidas pelos proprietários de terra, entretanto, propunha a eliminação do minifúndio e latifúndio, entendidos como fontes de conflitos. Desta forma, o sindicalismo brasileiro tornou-se um dos principais atores da vida política e social do país, a partir das greves de 1978 e 1979 e da reconstrução e renovação da estrutura sindical, isto é, das relações entre os sindicatos e o Estado, que se seguiram a tais acontecimentos (LOPES, 2009, p. 1).

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 marcaram a crise do regime militar, caracterizada por dificuldades econômicas, como também marcaram uma efervescência de lutas sociais no campo e na cidade, tais como a abertura partidária, a liberdade de imprensa, greves rurais e urbanas, reivindicações por melhores preços de produtos agrícolas, luta pela terra e emergência de novos atores na cena política do país (SILVA, 2013, p. 40).

Dentre estes conflitos, movimentos e lutas, Silva (2013) destaca:

[...] aqueles que aprofundaram críticas à política agrícola, sobretudo dentre os pequenos agricultores 'integrados'. Nesta época também surgiram os movimentos de seringueiros, frente aos sucessivos desmatamentos e violência, que ameaçavam sua continuidade social. A partir do início da construção das hidrelétricas, que gerariam a energia para as indústrias, dão-se desapropriações de áreas e resistência das populações atingidas (p. 40).

Perante esse contexto, novos personagens começam a emergir na cena política, como os “agricultores familiares”, os “assentados” e os “sem terra” (MEDEIROS, 2010). No início de 1990, foi lançada a bandeira de um desenvolvimento rural alternativo ao hegemônico, com base na agricultura familiar e na reforma agrária ampla e massiva (SILVA, 2013). Segundo Medeiros (2010), neste contexto o termo “agricultor familiar” é amplamente incorporado.

Picolotto (2011) aponta que a reivindicação por parte do sindicalismo rural, por um plano de crédito subsidiado para os pequenos agricultores afetados pelo neoliberalismo e a repercussão do estudo FAO/Incrá que definiu operacionalmente a agricultura familiar como fatores determinantes para a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf⁴), fruto do “Grito da Terra”.

O contexto de adesão do Estado ao neoliberalismo na década de 1990 e, diante disso, as mobilizações de massa unificadas como o Grito da Terra, também o avanço organizativo dos movimentos dos agricultores com produção com base familiar e o reconhecimento estatal da agricultura familiar através da institucionalização do Pronaf, fizeram ascender a categoria dos ‘agricultores familiares’ no campo político sindical e estatal. Em consequência, tomou centralidade nos debates do sindicalismo rural a construção de estratégias voltadas para a proposição de políticas públicas e para a construção de um projeto político de desenvolvimento rural com base no fortalecimento dos agricultores familiares, alternativo à produção de commodities para a exportação e ao agronegócio, representado pelas multinacionais e agricultura patronal. Com isso, tomou centralidade a construção de referenciais de formação política direcionados para essa estratégia e bandeira: a categoria do ‘agricultor familiar’ como representante dos diversos segmentos do campo. A concepção de agricultura alternativa de base familiar voltada para a produção de alimentos para o mercado local, agregam-se elementos ecológicos e de diversidade sociocultural. (SILVA, 2013, p. 150).

Em suma, essa combinação de fatores, desde a organização dos agricultores, das lutas destes e dos movimentos sociais a reivindicações perante ao Estado, levam a criação do Pronaf em 1996.

Porém, a falta de uma categoria de análise que caracterizasse esses agricultores marginalizados, até então sob diversas categorizações, como “pequeno produtor”, “pequeno proprietário”, todas essas definições dificultavam a luta por crédito, busca por assistência técnica e até na relação com o Estado, pois uma “pequena” propriedade pode ter uma alta produtividade, bem como uma “média”, pode ter baixa produtividade, sem levar em conta o contexto ambiental de cada propriedade, que propicia ou não o uso de toda ela para cultivos.

Desse modo, em julho de 2006, a agricultura familiar, passa a ser reconhecida e incluída nas estatísticas oficiais a partir da lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares

⁴ Criado em 1996 com o objetivo de financiar a produção familiar. Começou com quatro áreas de atuação básicas: financiamento do custeio e investimento agrícolas; fornecimento de infraestrutura rural; negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos extensionistas e agricultores (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013).

Rurais. Sua definição é estabelecida pela referida lei, segundo a qual, em seu artigo 3º, considera-se agricultor ou empreendedor familiar rural, bem como estabelecimento familiar rural, aquele que atende aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL. 2006).

Define-se, então, por agricultura familiar, aquela onde o desenvolvimento das atividades econômicas é realizado predominantemente pelos próprios membros da família; que a área da propriedade não ultrapasse a quatro módulos fiscais⁵ que, em conformidade com nosso objeto de estudo, correspondem a 72 hectares de terra; que tenha percentual de renda mínima do próprio estabelecimento e que este seja administrado pela família.

Ressaltam-se, então, alguns pontos da referida lei: a mão de obra praticada no estabelecimento via de regra não necessita ser exclusivamente da família, podendo haver terceirização ou ajuda temporária; a renda necessariamente não precisa ser exclusiva do estabelecimento, podendo haver rendas extras vinculadas às atividades não agrícolas de fora do estabelecimento; o próprio estabelecimento familiar não se caracteriza apenas por atividades agrícolas, podendo haver também a combinação com atividades não agrícolas desenvolvidas no interior do estabelecimento.

Como visto inicialmente, a organização dos trabalhadores rurais resulta na criação dos sindicatos rurais, posteriormente à fundação da Contag, representando a reivindicação dos direitos trabalhistas e da reforma agrária, sendo que essas bandeiras serviram por um lado [...] como uma espécie de costura, aglutinando os diversos segmentos sociais do campo em torno da Confederação e associando a identidade camponesa à luta dos assalariados, por outro, servindo como política voltada à sensibilização do Estado, no sentido da efetivação do Estatuto da Terra (SILVA, 2013).

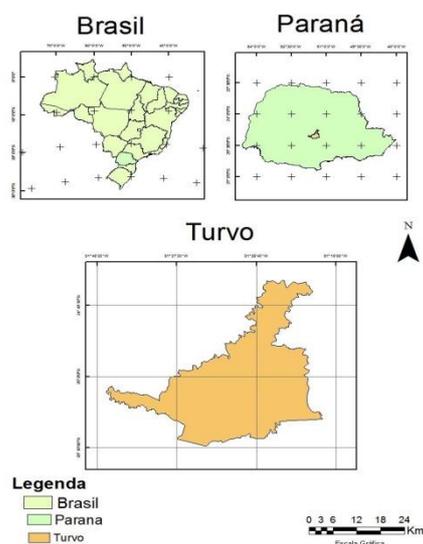
Portanto, esta breve discussão do sindicalismo rural no Brasil e consolidação da agricultura familiar, dá embasamento teórico suficiente para discussão das temáticas em nosso objeto de estudo (em Turvo), onde a organização destes agricultores familiares resultou na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo, que será apresentado, a seguir.

⁵ O módulo fiscal (MF) é medido em hectares e é definido por município, cuja tabela está anexa à Instrução Especial INCRA nº 20, de 1980, variando de tamanho também em cada estado. Disponível em: <www.amirinet.com.br/files/produtos/sumario_2109.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015.

Caracterização da área de estudo e descrição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo

O município de Turvo, Paraná, tem sua localização na microrregião de Guarapuava, e mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná (figura 1).

Figura 1 – Localização do Município de Turvo, no Estado do Paraná, Brasil



Base de dados: IBGE (2015).

Elaboração: Autor (2015).

A altitude média de Turvo é de 1.040 m, variando de 450 m no vale do Rio Ivaí até cerca de 1.220 m na cabeceira do rio Marrecas (PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2013). O município fica localizado na latitude de 25°02'34" S e longitude 51°31'47" W, tendo uma área territorial de 925,662 km² e população de 13.811 habitantes, sendo 5.048 residentes na área urbana e 8.763 na área rural (IBGE, 2010).

Essa predominância da população rural, também representa, segundo censo agropecuário (2006) uma predominância das propriedades familiares, com 83,7% delas, detendo a agricultura não familiar apenas 16,3% dos estabelecimentos, como pode-se observar no quadro 1.

Quadro 1 – Área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar

TURVO	Nº Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Agricultura familiar	1 408	83,7	14 907	19,1
Agricultura não familiar	274	16,3	63 439	80,9

Fonte: IBGE, Resultados do Censo Agropecuário 2006.

Organização: Autor (2014).

A partir dos dados do quadro 1 observa-se a evidente predominância do número de estabelecimentos familiares, no entanto, observa-se também a má distribuição de terras, onde apesar do predomínio da agricultura familiar, a mesma conta apenas com 19,1% (14.907 ha) das áreas de terras e a agricultura não familiar com exuberantes 80,9% (63.439 ha) das áreas de terras.

Fundado em fevereiro de 1986, o STR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR, é fruto do processo de organização dos agricultores familiares do município, tendo Bernardo Hakvoort⁶ como importante líder na organização destes agricultores.

O seu estatuto, em seu artigo 1, afirma que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo está definido como, órgão classista, de massas, autônomo, democrático, constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos Trabalhadores e Produtores Rurais, tendo como base territorial de abrangência o município de Turvo e os municípios que vierem a ser desmembrados deste. No artigo 2 consta que a representação da categoria profissional abrange os Produtores Rurais Autônomos ou sob qualquer forma de parceria, ou ocupantes de terra a qualquer título habitual ou regular, que trabalhem em regime de economia familiar, tendo na agropecuária sua principal atividade (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TURVO, 2015).

De acordo com o artigo 04 do Estatuto do STR de Turvo-PR, o mesmo tem por prerrogativas e deveres: a) Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da categoria e os interesses individuais dos associados; d) Colaborar como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria; g) Constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais e de comunicação; m) Estabelecer negociações junto ao Estado visando à obtenção de conquistas para a categoria e o desenvolvimento do meio onde vivem seus associados (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TURVO, 2015).

Há, ainda, além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Turvo-PR, outras entidades e organizações sociais, entre elas as principais são o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR); a Associação dos Grupos Ecológicos de Turvo (AGAECO); a Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo (COOPAFLOA); o Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort (IAF) e a Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, todos com objetivos específicos distintos, no entanto, com objetivo geral de auxiliar e prestar serviços aos agricultores familiares.

A dinâmica agrícola do município é representada tanto pelas atividades agropecuárias de forma intensiva das grandes propriedades, quanto pelas formas mais

⁶Produtor rural, engenheiro formado pela Escola Superior de Águas, Solos e Florestas da Holanda, especializado em Planejamento e Política de Desenvolvimento Rural, com estágios e cursos em Israel, Oklahoma (EUA), Portugal, Alemanha e Suíça. Chegou em Turvo em 1977, com sua esposa Agnes (HAKVOORT, 1997).

tradicionais, produção de milho, feijão, hortaliças, aves, suínos, bovinos, agroindústrias, produção agroecológica entre outros. Essa dinâmica é possível devido à vasta extensão territorial do município, conforme verifica-se no mapa da figura 2.

Serão aqui destacados alguns pontos inerentes à diversidade que o município possui a partir da análise do mapa de macrozoneamento do município de Turvo-PR (figura 02). O município possui uma rodovia pavimentada⁷, ligando-o aos municípios de Pitanga e Guarapuava.

No que diz respeito à área urbana do município, esta constitui-se de apenas 3,72 km², como pode-se observar na cor vermelha, onde residem 36,55% da população total. A reserva indígena do município, a qual possui aproximadamente 16.838 hectares (168 km²), ocupa grande parte da área destinada à dinâmica agrícola do município. Em verde, com 16.000 hectares (160 km²), está representada a área de preservação permanente (APP). A macrozona em cinza escura corresponde a unidade da IBEMA⁸ e próximo à porção nordeste do mapa, corresponde à área de recarga do Aquífero Guarani.

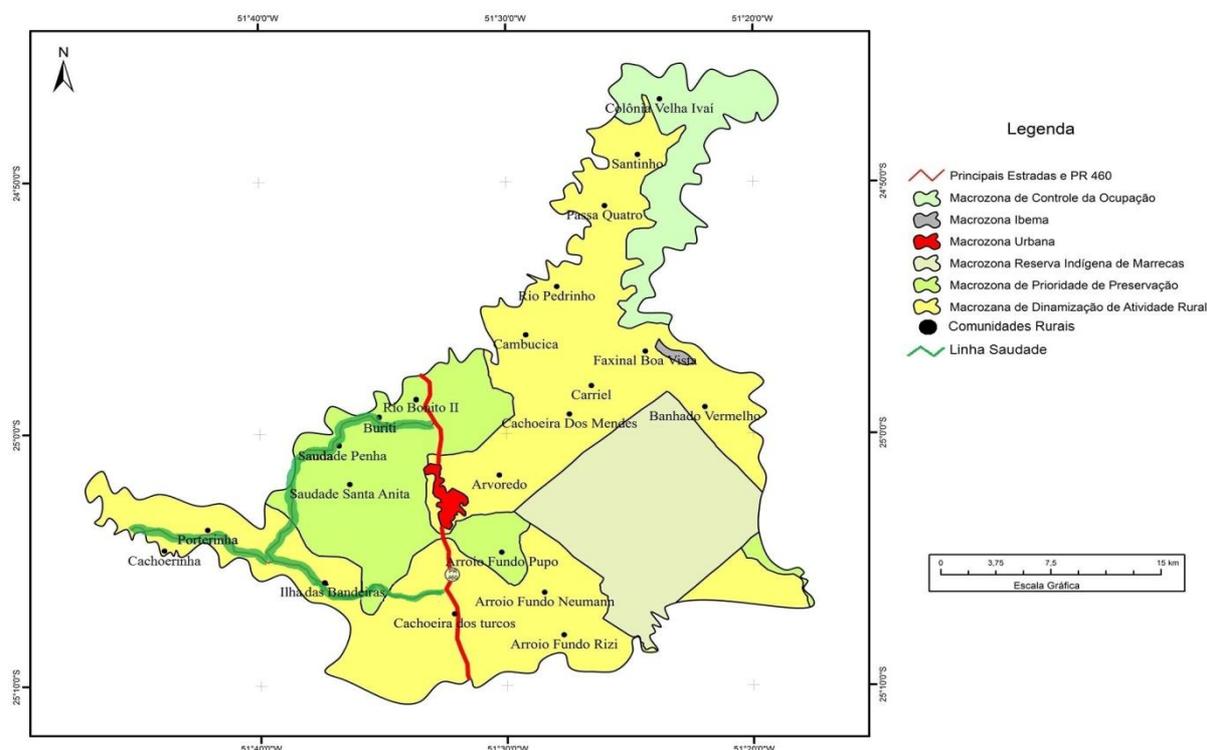
A diversidade cultural e étnica do município faz-se presente nas comunidades tradicionais como quilombola⁹ (Curitibinha/Campina dos Morenos), indígenas (Marrecas) com tribos Guaranis e Kaigangs e sistema de faxinal (Faxinal Saudade Santa Anita e Faxinal dos Rodrigues).

⁷ O município possui ainda outra rodovia, municipal, que liga a PR 466 à localidade da IBEMA.

⁸ Companhia Brasileira de Papel – Indústria de papel e celulose.

⁹ Quilombos são comunidades formadas por grupos étnicos de população predominantemente negra.

Figura 2 – Localização geográfica da Linha Saudade e comunidades rurais do município de Turvo-PR



Elaboração – Autor e CASTRO, R. A. (2015-2016).

Fonte: Prefeitura Municipal de Turvo (2013)

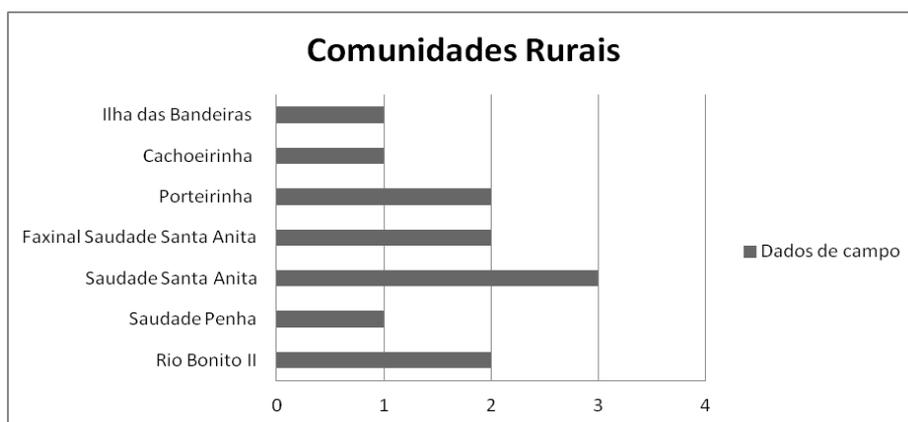
Mapa Base: Macrozoneamento Municipal (2009). IBGE (2015).

Como pode ser observado no mapa da figura 2, a localização geográfica das principais comunidades rurais do município demonstra um grande número de comunidades rurais. Entretanto, o objetivo da pesquisa foi de aprofundar apenas na Linha da Saudade, que tem seu ponto de partida na PR-466, sendo a única linha na parte Oeste do município. Tal fato decorre da menor densidade demográfica dessa região, devido à Área de Preservação Permanente (APP), claramente vista no mapa.

Essa área de preservação permanente tem como destaque outro fator que justifica a pouca concentração populacional que é relacionado à posse dessas terras, a estrutura fundiária do município, apresenta à exemplo do território brasileiro, também uma forte concentração, desta forma, nessa região existe extensas áreas nas mãos de poucos.

Constata-se que as principais comunidades que estão localizadas ao entorno da estrada principal da Saudade¹⁰, tendo como ponto de partida a PR 466 e o Rio Bonito II (9 km), Buriti (13 km), Saudade Penha (16 km), a Saudade Santa Anita (27 km), Porterinha (32 km) Cachoerinha (37 km), entre outras. Esta Linha permite ligação à Ilha das Bandeiras (10 km, por outro ponto de partida). Isto é verificado na figura 2.

¹⁰ São 7 km da sede do município à entrada da linha na PR 466.

Gráfico 1 – Comunidades rurais de residência dos entrevistados

Organização: Autor (2016)

Por meio do gráfico 1, observa-se os números de famílias entrevistadas residentes nas sete comunidades. O maior número de famílias está na comunidade Saudade Santa Anita e Porterinha, que possuem a maior concentração demográfica da linha em estudo.

Resultados e discussões

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou o levantamento de alguns aspectos tanto da dinâmica da agricultura familiar quanto da importância do STR para os agricultores familiares.

A realização dos trabalhos de campo foi de grande importância para o alcance dos objetivos aqui propostos. Eles permitiram também, além do levantamento de dados, uma análise empírica da realidade na qual esses agricultores familiares estão inseridos, aspectos da dinâmica agrícola e não agrícola, dos fatores externos e internos às unidades familiares que orientam nas tomadas de decisões tomadas pelas unidades familiares produtivas.

Nesse sentido, buscar-se-á contextualizar alguns aspectos observados tanto em gabinete quanto em campo, registrados a partir das entrevistas, tanto da linha em si, quanto das famílias em específico.

Faxinal Saudade Santa Anita

Na área da comunidade Saudade Santa Anita, existe um faxinal¹¹, que leva o mesmo nome, sendo uma das principais especificidades desta linha, o qual é reconhecido

¹¹Por sistema faxinal entende-se as terras tradicionalmente ocupadas para o uso comum de pastagens e florestas no Paraná, que designam situações em que a produção familiar, de acordo com suas possibilidades, combina apropriação privada e coletiva dos recursos naturais (SAHR, 2008; HAURESKO, 2012).

como ARESUR¹². O faxinal tem por característica a combinação das pastagens e Erva-Mate, com a floresta, sendo que o município de Turvo apresenta 60% de seu território com cobertura florestal natural, representada por remanescentes de Floresta Ombrófila Mista - FOM (ou Floresta com Araucária), onde grande porcentagem destas estão na região desta linha da Saudade, como pode-se observar na figura 2.

A extração de Erva-Mate destaca-se pela grande importância econômica dos faxinalenses, não só do sistema faxinal, mas da linha como um todo, sendo que das 12 famílias entrevistadas, 10 afirmaram extrair a mesma, tendo grande representatividade local.

Os moradores, chamados faxinalenses, têm por características o trabalho familiar e principalmente comunitário, ou seja, por se tratar de uma área em comum, em períodos de plantação e colheita na comunidade são organizados os puxirões, onde vizinhos organizam-se a fim de ajudar determinada família na atividade, tendo como “pagamento” uma comemoração com muita comida, onde o dono da propriedade organiza a mesma.

O trabalho, em grande parte, nos faxinais é desenvolvido ainda com o uso de tração animal, sendo que em uma visita de campo ao faxinal, a família entrevistada havia acabado de colher a Erva-Mate, a qual é enrolada em sacos e arrastada por um cavalo, que puxa um suporte de madeira ou metal, conforme observa-se na foto da figura 5.

Figura 3 – Utilização da tração animal no transporte das “bolas de erva” no Faxinal Saudade Santa Anita.



Fonte: Autor. Trabalho de campo (2015-2016).

O suporte é onde as chamadas “bolas” de erva são colocadas, sendo uma espécie de suporte de madeira ou metal, onde o cavalo puxa até o local de mais fácil acesso, para o transporte da indústria do setor apanhar.

¹²Criadas em 1997, através do Decreto Estadual 3.446/1997, objetiva melhorar a qualidade de vida das comunidades tradicionais e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando com a conservação ambiental. Através do recebimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço Ecológico (PARANÁ, 1997).

Sabe-se dos conflitos externos que os faxinalenses travam principalmente com as grandes propriedades (agronegócio), no entanto, conflitos internos também se fazem presentes.

Como tratado anteriormente, o estabelecimento pertence à área de faxinal, porém, essa família não se identifica como faxinalense, sendo que na questão dirigida referente à ligação que possuem com a terra/faxinal, destacaram ser produtores rurais, sendo que estas diferenças são indicativo de um possível “enfraquecimento” da organização faxinalense.

No entanto, em entrevista com outra família, que reside fora da área de faxinal, os membros identificam-se como faxinalenses. O chefe da família é filho de faxinalenses, nasceu e cresceu no faxinal e mesmo tendo saído após se casar, continua tendo essa identificação.

Alguns aspectos da dinâmica agrícola e não agrícola

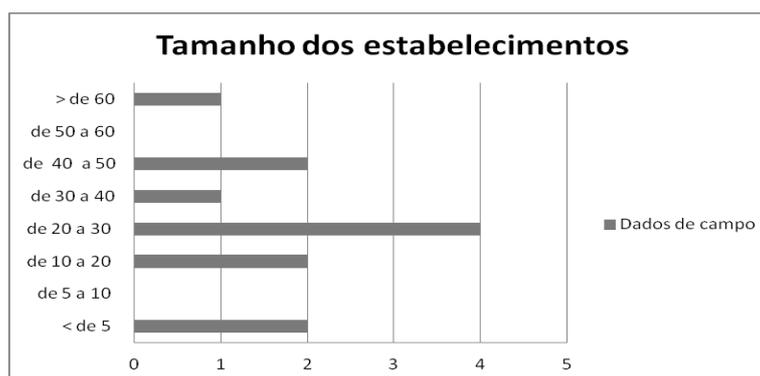
Foi identificada uma grande diversidade de atividades agropecuárias desde a criação do gado de corte com 9 famílias nesta atividade, a produção leiteira com 7 famílias que a desenvolvem, sendo que destas, 5 para comercialização e consumo próprio e 2 que desenvolvem apenas para consumo próprio e ainda na produção animal destaca-se a de suínos com 6 famílias desenvolvendo-a. O extrativismo do pinhão também está presente nas atividades econômicas de 6 famílias, sendo que proporciona a combinação das pastagens e áreas de florestas, pelos faxinalenses, bem como da Erva-Mate, onde 10 famílias extraem, sendo destes, quem retira em 8 estabelecimentos é o empreiteiro e nos outros 2 é família com ajuda dos vizinhos.

Em relação à produção vegetal, um destaque é a de milho, que esteve presente em 11 estabelecimentos, sendo que outra cultura de grãos que chamou a atenção foi a soja (figura 4), com 4 famílias neste tipo de cultivo. Nota-se que além do agronegócio rodear as áreas de terras dos agricultores familiares, ele também penetra, nos mesmos.

Figura 4 – Floresta Ombrófila Mista em meio ao agronegócio do pínus e soja

Fonte: Autor. Trabalho de campo (2015-2016).

Um dos condicionantes que leva essas 4 famílias a desenvolverem este, pode estar relacionado ao tamanho das propriedades como pode-se analisar no gráfico 2.

Gráfico 2 – Número de famílias entrevistadas por grupos de terra

Fonte: Autor. Trabalho de campo (2015-2016).

Foi identificado o cultivo de soja em propriedades com áreas de terras de 20 até menos que 72 hectares. Já a predominância dos estabelecimentos entrevistados foi de grupos de área de 20 até menos que 30 hectares, com 4 famílias, das 12 entrevistadas. Foi identificado também um estabelecimento com 72 hectares, que é o limite segundo a LEI 11.326, de um estabelecimento da agricultura familiar.

Ainda foram encontradas outras atividades agropecuárias nos estabelecimentos entrevistados, tais como a produção de gêneros alimentícios, em especial a mandioca, que tem grande representatividade para os agricultores familiares, ainda tendo-se feijão, aves e frutas, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 – Tipos de atividades agropecuárias desenvolvidas pelas famílias entrevistadas



Fonte: Autor. Trabalho de campo (2015-2016).

Infraestrutura da linha e atividades não agrícolas

No tocante à infraestrutura da linha estudada, destaca-se, que a estrada principal que liga as comunidades, não possui pavimentação, sendo as secundárias, o maior problema dos agricultores em períodos de chuvas intensas. Problema não só dos agricultores familiares, mas, dos não familiares também, que necessitam das vias para escoar a produção, sendo que desta forma, na falta de manutenção, utilizam de seus pesados maquinários para tentar “consertar”, conforme observa-se na figura 5.

Figura 5 – Estrada secundária, com manutenção sendo feita pelos próprios agricultores



Fonte: Autor. Trabalho de campo (2015-2016).

A referida linha dispõe de serviços que estão concentrados na comunidade Saudade Santa Anita, sendo estes: Escola Pública Municipal e Estadual e unidade básica de saúde, tendo ainda um comércio com mercado e armazém.

Nesse sentido, o setor público da linha, acaba por oferecer empregos à população, onde identifica-se este, como principal na oferta de atividades não agrícolas para os

membros das famílias agricultoras, representando 59% dos 13 membros que tem ocupação fora da agricultura, sendo a esposa o membro que mais desenvolve a atividade não agrícola com um percentual de 65% (9 esposas) dos membros, sendo que dessas, 6 são empregadas na localidade mesmo. Apenas uma na área urbana, devido à proximidade da comunidade Ilha das Bandeiras à sede. Na comunidade Rio Bonito II, foi identificada um membro (filha) que trabalha na área urbana.

No que diz respeito ao questionamento sobre as motivações que levam aos agricultores desenvolverem atividades não agrícolas, uma família justificou que é a principal fonte de renda e o total de onze referem-se como complementação da renda e pela identificação com a profissão.

Serviços oferecidos aos associados e a importância destes

No Brasil o modelo produtivo da agricultura familiar tem nos sindicatos de Trabalhadores Rurais importante relevância como órgãos receptores das necessidades dos agricultores, sendo capazes de atuar como catalisador e gerador de propostas, voltadas à viabilidade e sustentabilidade da agricultura familiar (MALAGODI E BASTOS, 2003). Desta forma, dentre os objetivos do sindicato destaca-se seu papel de representar legalmente a categoria da agricultura familiar desenvolvendo ações diretas de apoio aos agricultores na busca de soluções dos problemas locais de forma associativa.

Ressalte-se, em primeiro lugar, que a partir de 1965 o regime militar unificou todas as categorias de trabalhadores rurais em uma única, criando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de base municipal e, em nível estadual, a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG), agrupadas nacionalmente sob a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG). Com isso, criou-se no país uma estrutura sindical pluralista no setor rural, isto é, uma estrutura sindical única de categorias múltiplas de trabalhadores: assalariados, pequenos proprietários, posseiros, parceiros etc (MALAGODI; BASTOS, 2003, p. 3).

Após algumas décadas de existência como mediador e órgão assistencial da aposentadoria no campo (sobretudo entre os anos 1970 e 1980), os sindicatos dos trabalhadores rurais têm se mostrado como órgãos viabilizadores e reivindicadores das ações coletivas da categoria dos trabalhadores rurais (DINIZ; DUQUE, 2002). Assim, os sindicatos consolidam-se como associações civis, formadas por membros de uma mesma categoria, ou categoria profissional e econômica, que visam coordenar, representar e defender os interesses e direitos de seus associados, relativos ao exercício de suas atividades. Desta forma, o STR tem por objetivo organizar ações políticas, em especial no âmbito de políticas agrícolas e públicas (como saúde e educação).

Torna-se importante considerar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais como *locus* de aglutinação dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, aparecendo como espaço

de organização e canal de veiculação dos (novos) interesses sindicais e políticos dos agricultores familiares (MALAGODI; BASTOS, 2003).

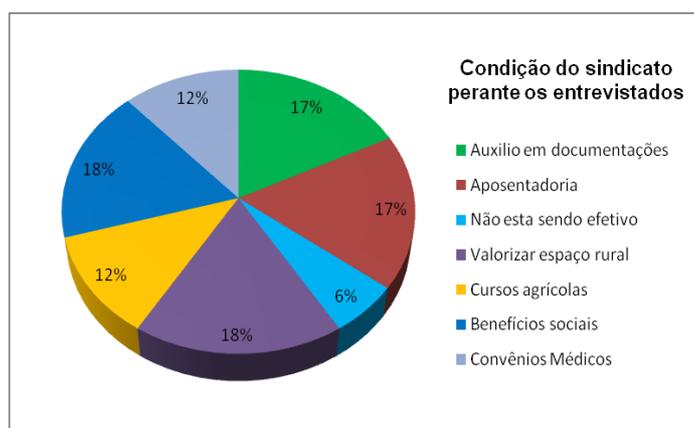
Entre as ações dos sindicatos elucidadas por Malagodi e Bastos (2013), destaca-se aquelas que representam um alto grau de importância para os agricultores, como sendo canal de reivindicações junto às agências bancárias; a ação junto aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), mas também junto aos conselhos de saúde, educação, transporte etc; na busca de novos instrumentos de assistência técnica¹³ para a produção; no envolvimento do sindicato com o banco de sementes, o fundo rotativo de adubos orgânicos e assistência para a obtenção de crédito (DINIZ; DUQUE, 2002).

Além disso, essas ações dos STRs ganham evidência devido aos problemas decorrentes do modelo convencional adotado pela agricultura, veiculado pela Revolução Verde. Desta forma, em alguns casos, Organizações não Governamentais (Coopaflores, IAF, AGAECO entre outras locais) apresentam grande importância na busca de soluções às limitações da agricultura familiar.

Tais ONGs, na medida em que propõem modelos alternativos de agricultura como agricultura orgânica abrem novas alternativas tecnológicas, novos métodos de superação dos problemas de base, novas formas de organização de produção, e se tornam parceiros de extrema importância para os sindicatos, pois trazem alternativas viáveis, capazes de superar os vários problemas enfrentados diariamente pelos agricultores familiares (MALAGODI E BASTOS, 2003, p. 7).

A relevância dos STRs também é notada na oferta de serviços como: no auxílio a previdência social, cursos agrícolas, auxílios em documentações, auxílios-doença, entre vários outros.

Gráfico 4 – Porcentagem da importância do STR para os agricultores familiares.



Fonte: Autor. Trabalho de campo (2015-2016).

¹³ Atualmente não é raro observar a direção sindical assumindo essa atividade e atuando no sentido de mobilizar os associados na busca de assistência técnica para a solução de problemas da produção tradicional ou criando novas alternativas ou novos projetos produtivos para o município (MALAGODI E BASTOS, 2003).

De acordo com o gráfico 4, observa-se alguns destes serviços que os agricultores familiares entrevistados declararam como mais importantes, onde 18% destacaram a importância para valorização do espaço rural e benefícios sociais, 17% no auxílio em documentações e aposentadoria e 12% convênios médicos e cursos agrícolas e apenas 6% (uma família) declarou que o sindicato não está sendo efetivo na comunidade.

Em relação ao auxílio em documentação declarado pelas famílias, diz respeito à regularização dos documentos das terras, onde, através do sindicato, os agricultores familiares fazem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR), Declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), entre outros.

Há ainda que se considerar o papel do STR na organização das mulheres agricultoras principalmente no segmento da agricultura orgânica, como é o caso da produção de ervas medicinais e aromáticas e na busca por estratégias de manutenção do jovem no campo.

Considerações finais

A pesquisa teve como um dos pilares o trabalho de campo, que consistiu, além da visita às doze propriedades rurais, também no acompanhamento de algumas atividades do dia a dia do STR de Turvo-PR, no ambiente de trabalho, no atendimento aos agricultores, partindo para o trabalho empírico que consistiu em visitas ao campo e aplicação de entrevistas que permitiram levantar alguns aspectos da agricultura familiar e do papel do sindicalismo para esta, sendo que por fim a redação do embasamento teórico foi feita com base na revisão bibliográfica efetuada no início do acompanhamento (no sindicato), e sobre aspectos pontuais observados em campo.

Por meio do trabalho de campo foi possível levantar algumas características da agricultura familiar da linha da Saudade, desde agricultores familiares tradicionais e/ou faxinalenses nas atividades do extrativismo vegetal (erva-mate e pinhão) em combinação com pastagens e remanescentes de Floresta Ombrófila Mista a aqueles agricultores familiares mais modernizados, com cultivos característicos do agronegócio (soja e milho).

Pode-se observar que além da pecuária, com atividades relacionadas aos animais (leite), as atividades desenvolvidas pelas famílias combinavam diferentes atividades agrícolas (dentro do estabelecimento) e não agrícolas (fora do estabelecimento), principalmente no segmento do setor público que a linha dispõe (escolas e unidade básica de saúde). Destaca-se que essa diversificação entre atividades agrícolas e não agrícolas possibilita às famílias um incremento de renda, sendo que das 12 famílias entrevistadas, apenas 1 (uma) declarou ser a atividade não agrícola a principal fonte de renda, mas que no entanto, não seria possível sobreviver/permanecer no campo desenvolvendo apenas essa

atividade, o que aponta ser um indicativo ao não abandono do espaço rural e nem da atividade agrícola.

Vale destacar, por fim, a importância do sindicalismo na agricultura familiar é histórica, desde a contribuição na consolidação do termo, até a atualidade na prestação de serviços e principalmente atuando com objetivo de representar e defender legalmente a categoria, desenvolvendo ações diretas de apoio ao agricultor familiar na busca por alternativas aos problemas locais e em outras escalas. Sendo assim, é necessário o avanço nos estudos das temáticas trabalhadas aqui, bem como, na diversificada dinâmica rural que o município de Turvo, Paraná apresenta.

Referências

BORGES, A. Origem e papel dos sindicatos. **I Módulo do Curso Centralizado de Formação Política** – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006.

BRASIL. LEI Nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, Art. 3º. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 27 de jul. 2015.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura no Planalto Gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1983.

DINIZ, P. C.; DUQUE, G. Notas acerca de uma agricultura sustentável: os bancos de semente comunitários no Agreste da Paraíba. In: Agricultura Familiar, Meio Ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural. Duque, Ghislaine (org.). João Pessoa, Editora Universitária, 2002.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

FAVARETO, A. “Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21 n. 62, p. 27-44, 2006.

_____. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental/Universidade de São Paulo, 2006.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar 2013 – Impressa em Abril de 2013.

GIL, C. A. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas S.A.: São Paulo, 5ª Edição, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAKVOORT, B. **Turvo, no caminho do desenvolvimento sustentável**. Guarapuava, PR: Editora da Unicentro. Gráfica Nunes, 1997.

HAURESKO. C. **Lugares e tradições:** as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

IBGE. **Cidades.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>. Acesso em: jan. de 2016.

IPARDES. Os vários Paranás. Estudos socioeconomicos-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. IparDES, dezembro, 2005, 223 p. mapas e tabelas anexas. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/pdf/publicacoes/varios_paranas.pdf>. Acesso em 03 mar. 2015.

IPARDES, **Primeiros Resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/nota_tecnica_censo_agropecuário_2006.pdf> Acesso em: 07 de jun. de 2015.

_____. **Caderno estatístico: Município de Turvo - 2015.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85150>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Legislação da Atividade Profissional do Geógrafo, Lei 6664/79.

LOPES, S. L. História e Transformações do Sindicalismo Brasileiro. Revista: **THEOMAI/THEOMAI Journal.** Estudios sobre Sociedad y Desarrollo/Society and Development Studies. 2009. Disponível em: <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtLopes.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

MALAGODI, E.; BASTOS, V. S de. Sindicato de trabalhadores rurais e agricultura familiar. XI Congresso Brasileiro De Sociologia. Unicamp Campinas – SP, 2003.

MALAGODI, E.; QUIRINO E. In Agricultura Familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural. DUQUE, Ghislaine (org.). João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

MARAFON, G. J. Principais transformações em curso no Espaço rural na atualidade. **Revista Geográfica de America Central.** Número especial. p. 69-84. 2011.

MARTINS, J. S. de. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.* Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS. H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 30, nº2, p. 289-300, mai./ago. 2004.

MATTEI, L, F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estud. Soc. e Agric.,** Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325.

MDA. **Agricultura Familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/publicacoes/>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. “Agricultura familiar no Brasil: Aspectos da formação de uma categoria política”. In: MABEL Manzanal; GUILLERMO Neiman. (Org). **Las agriculturas familiares del Mercosur. Trayectorias, amenazas y desafíos**. Bueno Aires: Ciccus, 2010.

NEVES, D. P. “Mediação social e mediadores políticos”. In: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. EFRGS, 2008.

NOVAES, R. R. “Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo”. In: BOITO, Armando *et al* (orgs.). **O sindicalismo brasileiro os anos oitenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **De Corpo e Alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. São Paulo: Graphia, 1995.

PALMEIRA, M. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola. 1985.

PARANÁ. Decreto n. 3.44614 de agosto de 1997. Dispõe sobre as ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, 1997.

PICOLOTTO, E. L. “Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas”. In: **Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 1, n.1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

_____. “O fazer-se dos agricultores familiares como sujeitos de direitos”. In: **Pensamento Plural**, v. 4, p. 91-115, jan-jun. 2009.

_____. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (doutorado). Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

RICCI, R. **Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. “Escolas sindicais da CUT: uma obra inacabada”. **Jornal Brasil de Fato**, ago. 2008. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/3788>. Acesso em: 29 ago 2013.

SAHR. C.L.L.. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (2), jul./dez., 2008. p. 213- 226.

SILVA, I. M. de. A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política. 2013. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro - Instituto De Ciências Humanas E Sociais.

SILVA, J. S. da. O sindicalismo rural em Goiás e a FETAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, 2014. 308 f.

TAVARES, R. **CONTAG, da Ditadura à Transição – Memória Social e Construção Política do Campesinato**. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1992.

TURVO. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: Dados preliminares.** Turvo, 2013, 18 p.

TURVO. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR. **Estatuto dos Trabalhadores Rurais de Turvo,** 2015, 15 p.

Recebido para publicação em 04 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 24 de maio de 2017.

Aceito para a publicação em 20 de junho de 2017.